



Barragem de Oiticica: impasse e reafirmação da resposta à seca no semiárido potiguar

José Gomes Ferreira¹

Recebido em: 20-07-2023

Aceito em: 17-03-2024

Resumo

Durante décadas, o enfrentamento da seca no semiárido nordestino foi marcado pela chamada resposta à seca, que adquiriu características específicas neste território com clima propício a secas severas e com dificuldade de se fazerem presentes às políticas públicas. A construção de açudes na região é onde tradicionalmente ganhava terreno a chamada indústria da seca, por beneficiar de financiamento público e capturar a ação do Estado. O artigo objetiva apresentar cronologicamente o processo de construção da barragem de Oiticica no município de Jucurutu, Rio Grande do Norte, que desde a década de 1950 vive um impasse. Nessa década, o governo Federal decidiu avançar com a obra, mas o financiamento atribuído acabou sendo gasto em frentes de trabalho da seca que afetou severamente o semiárido. Terminado esse período, a opção recaiu pela construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves ou Oiticica Dois, uma localização preterida nos estudos iniciais. No início da década de 1990 a construção da barragem de Oiticica voltou a ser equacionada, mas foi travada por irregularidades no processo licitatório. A obra avançou em 2007, reforçada em 2013 com a assinatura do Termo de Compromisso para repasse financeiro do Governo Federal para o Estado e definição de calendário. A pesquisa fornece elementos importantes para as políticas públicas, face à necessidade de transparência, participação e controle social num contexto acelerado de mudança climática e de exigência de rigor com as contas públicas. Para se concretizar, recorremos a fontes documentais, incluindo notícias da mídia, Leis Orçamentárias Anuais e revisão da literatura.

Palavras-chave: Barragem de Oiticica, resposta à seca, paradigma hidráulico, semiárido, Nordeste.

Oiticica dam: the impasse and reaffirmation of the response to drought in the Potiguar semi-arid region.

Abstract

For decades, the coping mechanism used to deal with drought in the northeastern semi-arid region was marked by the so-called "drought response", which acquired specific characteristics in this territory that has a climate favorable to droughts and difficulties in applying public policies. The construction of dams in the region is where the so-called drought industry has traditionally gained ground; Since it benefits from public funding and captures state action. The article aims to chronologically present the construction process of the Oiticica dam in the municipality of Jucurutu, Rio Grande do Norte, which has been at an impasse since the 1950s. In that decade, the Federal government decided to proceed with the work, but the allocated funds ended up being spent on work fronts to tackle the drought that had been severely affecting the semi-arid region at the time. At the end of this period, the option was for the construction of the Armando Ribeiro Gonçalves or "Oiticica Dois" dam, a location that had been neglected in the initial studies. In the early 1990s, the construction of the Oiticica dam was reconsidered; However, it was stopped by irregularities in the bidding process. The work made progress in 2007, reinforced in 2013 by the signing of the term of commitment for financial transfer from the federal Government to the state and definition of the calendar. The research provides important elements for public policies, given the need for transparency, participation and social control in an accelerated context of climate change and the demand for rigor with public accounts. To achieve this, we resorted to documentary sources, including media reports, Annual Budget Laws and literature review.

Keywords: Oiticica Dam, response to drought, hydraulic paradigm, semi-arid region, Northeast.

¹Doutorado em Ciências Sociais e Pós-Doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: jose.ferreira@outlook.com

1 Introdução

A seca marca a identidade do semiárido nordestino e as narrativas regionais sobre a resistência do sertanejo a condições tão inóspitas. A região tem sido ciclicamente afetada por secas severas com grande repercussão social, econômica e política que influenciam a identidade e as dinâmicas de desenvolvimento regional (Ferreira, 2022a e 2022b). Trata-se de uma área com um regime irregular e torrencial de chuvas, altas temperaturas, ocorrência cíclica de secas severas, bem como pela dinâmica do bioma caatinga e por dimensões sociais que no seu conjunto definem a identidade e vulnerabilidade das comunidades. Sem esquecer que é a região semiárida mais populosa do planeta e muito infraestruturada em termos hídricos (Marengo *et al.*, 2020; Ferreira, 2020, 2022a).

A construção de infraestruturas hídricas é historicamente a solução predominante. Dado o regime de chuvas e o tipo de solo a opção tem privilegiado a construção de açudes e a interligação com adutoras. A construção de açudes, designadamente em terrenos privados, é apontada como sendo uma resposta aos anseios da elite agrária regional no sentido de controlar o acesso à água e à terra arável. A mesma elite fazia uso da informação sobre a construção de açudes para adquirir mais terras beneficiando-se das vantagens de ficar com terras na margem dos reservatórios (Ferreira, 2020 e 2022b). Por outro lado, os grandes proprietários contavam com acesso a meios financeiros públicos para abertura de frentes de trabalho para oferta de trabalho aos flagelados.

A construção destas infraestruturas vem normalmente atrelada à ideia da promoção do desenvolvimento dos territórios, particularmente da agricultura irrigada, mas também da pesca e atividades conexas. A açudagem marca a região, ressurgindo a possibilidade de construção de mais um açude quando ocorre nova seca. A resposta às secas foi durante décadas meramente assistencialista e, em muitos casos, coordenada por órgãos exteriores ao Estado, entre os quais organizações vinculadas às Igrejas ou apenas à sociedade civil, de que é exemplo o papel desempenhado pela Liga Brasileira de Assistência durante a seca de 1951 a 1953.

Foi a partir da Grande Seca de 1877-1879 que adquiriu maior destaque a construção de açudes de grandes dimensões, iniciando-se a chamada açudagem. Em 1909, a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) contribuiu para consolidar esse processo, que passou igualmente a incluir obras em territórios privados. Em 1919 o órgão recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 Departamento Nacional de Obras

Contra as Secas (DNOCS), priorizando sempre a construção de infraestruturas hídricas nos estados atingidos pelas secas.

O artigo é uma contribuição para a recuperação histórica da primeira proposta de construção da barragem de Oiticica, no rio Piranhas-Açu, município de Jucurutu, Rio Grande do Norte, quando viu aprovados 7 milhões de cruzeiros na lei orçamentária de 1952 do governo Federal, à época presidido por Getúlio Vargas, ocupando o cargo de vice-presidente o potiguar Café Filho. Essa recuperação é importante na medida que representa o fracasso das políticas públicas, incapazes de darem resposta cabal à situação dos flagelados da seca e igualmente de explicarem o sumiço do dinheiro sem qualquer avanço da obra, ainda que durante meses Oiticica se tenha destacado como frente de trabalho, chegando a receber mais 6 mil flagelados em 1953 (Pinheiro, 2018).

Dito isto, a partir de uma abordagem sócio-histórica e indagando igualmente os princípios de transparência e prestação de contas da gestão pública, o artigo recupera o processo que conduziu ao impasse na construção da barragem de Oiticica, localizada no rio Piranhas-Açu, município de Jucuru, Rio Grande do Norte, quando no início da década de 1950 viu orçamentada a sua construção. Porém, durante a seca de 1951 a 1953 foram gastos cerca de 25 milhões de cruzeiros sem que nada fosse feito da obra, apenas foi construída a pista de pouso e a estrada Currais Novos a Jucurutu, importantes para a circulação e que ocuparam os flagelados nessas frentes de trabalho.

Procurou-se analisar historicamente a perspectiva hidráulica como predominante nos projetos de desenvolvimento através do aprofundamento de um estudo de caso, sabendo que não se teve uma preocupação efetiva para com a gestão dos recursos hídricos, mas a insistência reiterada de construir obras de exaltação nacional e regional como símbolos de progresso econômicos e se possível igualmente se beneficiar (Guimarães Júnior, 2016; Rausch, 2016). No caso do Nordeste, essa perspectiva interpreta a tecnologia e a infraestrutura como o meio pelo qual poderia ser salvo de sua condição de atraso e pobreza (Pinheiro, 2018, p.94). Aqui entravam os dois motivos que o inspetor do DNOCS Aarão Reis diagnosticou na década de 1910 para o malogro do combate às secas: “1) a submissão da técnica às estruturas políticas locais e aos seus interesses eleitorais; 2) a falta de uma política perene, de uma ação continuada que garantisse o uso racional dos recursos” (Pinheiro, 2018, p.93). Problemas que segundo Pinheiro (2018), se agravavam pela falta de planejamento e pela tentativa de influência das oligarquias locais, mas também por orientação do próprio diretor geral do DNOCS, Ribeiro Gonçalves, que tinha preferência por pequenas barragens em detrimento de grandes barragens.

Nas várias análises realizadas o discurso recorrente é que a barragem de Oiticica é uma antiga promessa, que teve um plano do DNOCS e esteve prevista no planejamento da SUDENE (Ferreira; Dantas; Gomes, 2022; Ferreira; Gomes; Knox, 2022). A falta de aprofundamento levou-nos a reconstruir em primeiro ensaio o processo que nos pode dar informações sobre as instituições, os atores sociais, as dinâmicas e a forma como colocam a construção de obras de armazenamento de água no desenvolvimento regional e enfrentamento climático.

O objetivo do estudo que deu origem a este artigo foi aprofundar a discussão sobre o processo de decisão da construção da barragem de Oiticica e a sua não implementação durante a década de 1950 e seguintes, avançando a construção da atual barragem Armando Ribeiro Gonçalves, inicialmente designada Oiticica 2 e preterida nos estudos do DNOCS. Foi dada, igualmente, atenção à argumentação que esteve na origem da decisão da construção das duas barragens. Esta, pode se configurar como um conjunto de políticas adaptativas e de transição para a transformação econômica e social do Rio Grande do Norte. Ou seja, segundo o nosso argumento, estes açudes se configuram já como propostas de adaptação climática, o grande problema é que não se apresentam como estruturas tecnocráticas do qual a elite busca se beneficiar.

A pesquisa sustenta-se a partir de fontes documentais oficiais e da reconstrução do processo através das notícias publicadas no Diário de Natal e no jornal A Ordem², consultados por meio da edição arquivada na Biblioteca Nacional Digital, assim como através da revisão da literatura sobre a temática. Através deste esforço de reconstrução histórica pretende-se dar conta das vicissitudes no planejamento e implementação das políticas públicas, sobretudo quando do ponto de vista sociopolítico as condições históricas apontam para dificuldades decorrentes da influência das oligarquias regionais na arena política. Este é também um estímulo à cidadania e ao ativismo no sentido do acompanhamento das políticas, fortalecendo os processos de governança colaborativa fundamentais para enfrentar as crises hídrica e climática.

2 Açudagem como primado na resposta à seca

Vários autores referem a mudança do paradigma hidráulico de resposta à seca para a convivência com o semiárido e estabelecem datas. Por exemplo, Cavalcante, Dewulf e Van Oel

² O acesso ao Diário de Natal na Biblioteca Nacional Digital aconteceu através do link http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pagfis=16103. E o acesso ao jornal A Ordem através do link <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pesq=>.

(2022), apontam 1880 e 1980 como o período em que dominou o paradigma da resposta à seca, caracterizado pela implementação de políticas predominantemente assistencialistas e baseadas em investimentos em infraestruturas hídricas para garantir o abastecimento de água. Já o paradigma da convivência com o semiárido dá sequência a práticas e saberes locais, usando tecnologia e processos produtivos apropriados ao ambiente e ao contexto climático de modo a produzir de modo sustentável e reduzir a vulnerabilidade dos territórios.

Em complemento, acreditamos que foi na década de 1990 que avançou de forma abrangente a convivência com o semiárido. Políticas como a aposentadoria rural que vinham de décadas anteriores, e acontecimentos globais como a realização, em 1992, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, assim como alterações na agroecologia e o fomento da agricultura familiar estão entre os fatores que em muito fortaleceram esta transição. A mudança resultou da conjugação de políticas a partir da contribuição da sociedade civil, que garantiram o apoio de órgãos públicos, com destaque para o Programa Um milhão de Cisternas da Articulação Semiárido (ASA), o programa de sementes crioulas e os programas estaduais e municipais de agricultura familiar e aquisição de alimentos.

Sem dúvida que a convivência com o semiárido foi um primeiro passo no sentido da construção de resiliência das comunidades, com maior foco nas comunidades rurais. Atualmente, a questão que se coloca é se a convivência com o semiárido se configura como uma política de adaptação climática, na medida em que dá maior atenção às comunidades rurais e a questões produtivas. Importa sublinhar que nenhum destes paradigmas se sobrepõe aos restantes, podem coexistir desde que sejam diversificadas as opções e não falte transparência no investimento público.

De salientar que apesar da predominância da açudagem, vários autores chamavam à atenção que as secas no semiárido não se resolvem meramente com soluções técnicas, de engenharia e obra (Campos, 2015). Celso Furtado, que esteve na criação da SUDENE, considerava que o principal problema do Nordeste era a divisão da propriedade fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política (Furtado, 2005). Lembrando que as dificuldades de planejamento das ações do DNOCS e a influência sobre o órgão da elite agrária cearense estão entre os motivos da criação da SUDENE, um órgão objetivamente criada para planejar e promover o desenvolvimento regional (Ferreira, 2020).

Historicamente, o paradigma hidráulico de resposta à seca caracterizou-se pela construção de açudes que favoreceram a elite agrária através de investimento público, dando origem à expressão indústria da seca. A par da construção de açudes e de medidas

assistencialista, esse paradigma é designado como resposta à seca. A falta de açudagem era interpretada como uma das marcas do atraso e da miséria, as obras de engenharia promoveriam uma transformação modernista dos territórios e uma melhoria das condições de vida das populações. O paradigma da resposta à seca assenta em visões desenvolvimentistas, nem sempre com preocupações ambientais e repercussão social, colocando a construção de grandes obras hídricas na agenda pública como símbolos de grandeza nacional e de progresso econômico (Pinheiro, 2018; Rausch, 2016). Essa mesma significação está presente quando colocada Oiticica (RN) à época como a maior barragem do Estado, mas também quando o açude Castanhão (CE) é apresentado como o maior da América Latina, o mesmo acontecendo com a transposição do São Francisco.

A primeira referência a açudes data de 1706 feita pelo padre Manoel de Jesus Borges, mas a sua construção viria do início da presença portuguesa compensando a intermitência dos rios do semiárido. Essa prática ganhou expressão nos estados nordestinos a partir das secas de 1825, 1827 e 1830, de modo a garantir o abastecimento humano e animal (Pereira & Cuellar, 2015). O Açude Velho em Campina Grande (Paraíba) foi concluído por volta de 1830; o açude do Recreio, o mais antigo do município de Caicó (Rio Grande do Norte), foi construído em 1842; e o açude da cidade de Altinho (Pernambuco) foi construído em 1858 pelo padre Capucino Francisco Caetano de Messina para abastecimento da povoação (Ferreira, 2020).

Ainda assim, foi a partir da Grande Seca de 1877-1879 que a questão entrou na agenda das preocupações do país, contando para tal a visita que o Imperador Pedro II realizou a Fortaleza, que veio a reforçar a promoção da construção de grandes açudes e o envio de comissões científicas para conhecerem o território (Ferreira, 2022b). Em razão desse impulso, em 1906 foi inaugurado o açude Cedro, em Quixadá, no Ceará. Com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, acentuou-se a açudagem com investimento público, acontecendo igualmente em territórios privados e em muitos casos em resultado do financiamento de frentes de trabalho de resposta às secas.

Entre os açudes públicos das primeiras décadas do novo século destacam-se: o açude Anajás no Piauí; os açudes, do Baú, Guaiuba, Patos, Caio Prado, Mulungu, Parazinho, Riacho do Sangue no Ceará; os açudes Saco e Pessoa no Rio Grande do Norte; os açudes Cajazeiras e Bodocongó na Paraíba; e o açude Serra dos Cavalos em Pernambuco (Guerra, 1981). Em 1936 foi concluído o Açude Itans, construído para abastecer o município de Caicó (RN); em 1942 foi inaugurado o Sistema Curema-Mãe D'Água, formado pela junção das águas dos Açudes Curema e Mãe D'Água (Paraíba); em 1959 foi concluído o açude de Mendubim no município de Paraú

(RN); em 1965 foi inaugurado o açude de Sabugi, em São João do Sabugi (RN); em 1968 foi inaugurado o açude de Pau dos Ferros (RN), no município com o mesmo nome; em 1983 foi inaugurada no Rio Grande do Norte a barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a terceira maior do Nordeste com uma capacidade de 2.4 bilhões de metros cúbicos; em 2003 ficou concluído no Ceará, o Açude Público Padre Cícero ou Açude Castanhão, o maior da região, com uma capacidade de 6.7 bilhões de metros cúbicos (Ferreira, 2020).

No mesmo sentido, a primeira proposta foi para a transposição das águas do rio São Francisco para o nordeste setentrional foi lançada em 1818. Foi apresentada no governo de dom João VI, por José Raimundo de Passos Barbosa, primeiro ouvidor do Crato (CE), e pretendia levar água do rio São Francisco ao rio Jaguaribe, no Ceará. As obras avançaram décadas depois de tal modo que o Eixo Leste, que leva água aos estados de Pernambuco e Paraíba, foi inaugurado em 2017; e o Eixo Norte, que leva água ao Ceará e Rio Grande do Norte, foi inaugurada em 2022. No Rio Grande do Norte, Oiticica é a maior obra hídrica em curso, e que receberá a água da transposição, a expectativa é de que a inauguração ocorra durante 2023.

3 Boqueirão de Oiticica

A chegada da água da transposição do rio São Francisco ao Eixo Norte³, que inclui os estados do Ceará e Rio Grande do Norte e a conclusão da barragem de Oiticica marcou nos anos mais recentes as relações entre os governos do Estado e Federal, e as narrativas sobre conflito ambiental, desenvolvimento, adaptação climática no semiárido do Rio Grande do Norte (Ferreira; Dantas; Gomes, 2022; Ferreira; Gomes; Knox, 2022). Após vários anos de interregno, a construção da atual barragem aparece em 2007 integrada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Federal, porém, somente avançou a partir de 2013 com a assinatura do Termo de Compromisso entre os governos Federal e do Estado transferindo a execução da obra do DNOCS para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH).

No início do séc. XX chegou a ser discutida a possibilidade da construção de uma barragem de armazenamento no rio Açu, havendo dúvidas se a melhor localização seria nas proximidades de São Rafael ou de Jucurutu. Roderic Crandall, autor do primeiro relatório técnico relativo ao Vale do Açu, a pedido da IOCS, achava vantagem numa localização próxima a São Miguel, atual

³ Em 2017 a água chegou ao Eixo Leste, que inclui os Estados de Pernambuco e Paraíba, em particular aos municípios de Solânea/PE e Monteiro/PB.

Jucurutu. Mais tarde, entre 1937 e 1939, os técnicos da IFOCS realizaram sondagens no Baixo Vale do Açu com objetivo de disciplinar a água do rio Piranhas-Açu no inverno e armazenar água nos períodos de seca, viabilizando ao mesmo tempo a produção agrícola, mostrando-se Oiticica como a localização mais adequada (Pinheiro, 2018).

Os estudos preparatórios para a sua construção parecem ter prosseguido. Uma notícia publicada no jornal potiguar *A Ordem*, de 11 de abril de 1942, transcreve um telegrama da direção da Associação Comercial de Natal enviado ao presidente da república, Getúlio Vargas, pedindo auxílio, sobretudo no prosseguimento de várias obras para emprego dos flagelados. O telegrama destaca “lembra também construção Açude Barra Oiticica sobre rio Piranhas já estudado e aprovado considerado mais útil Estado fazendo parte plano geral Inspetoria para o combate à seca nordeste” (*A Ordem*, 11/04/1942, p.1).

Não conseguimos comprovar a existência à época de um projeto, tudo indica que o IFOCS estaria realizando trabalhos preparatórios. O primeiro projeto a que normalmente os órgãos fazem menção foi elaborado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) no contexto da seca de 1951 a 1953. Nesse contexto, o presidente da república Getúlio Vargas nomeou José Américo de Almeida para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, com a indicação de que deveria intervir nas obras hídricas do Nordeste (Moreira, 2017).

Em 1952, o também chamado Boqueirão de Oiticica ou Açude de Oiticica teve verba consignada no orçamento na ordem dos 7 milhões de cruzeiros para uma barragem com aproximadamente um bilhão de metros cúbicos. Nos anos seguintes o projeto manteve verba inscrita na lei orçamentária, porém, com dificuldades no repasse do dinheiro e sem qualquer avanço na obra. O dinheiro foi usado no pagamento de Oiticica enquanto frente de trabalho, chegando a receber mais 6 mil flagelados e suas famílias em 1953 (Pinheiro, 2018)⁴.

A construção da barragem surgiu apresentada na primeira página do Diário de Natal de 11 de novembro de 1951, em um quadro de fortalecimento da presença do DNOCS no Rio Grande do Norte. Essa instituição deixaria de estar subordinada ao 2º Distrito, com sede na capital da Paraíba, e contaria com a criação do 5º Distrito, de quem foi primeiro diretor o engenheiro José D’Avila Lins. O processo é apresentado como resultando do esforço de Café Filho, que ocupava o cargo de vice-presidente da república.

⁴ O número de trabalhadores nessa frente de trabalho não é exato. A propósito da visita ao local realizada, em 25 de abril de 1953, pelo bispo de Caicó, José Adelino Dantas, são indicados 3 mil homens, sem contar com mulheres e crianças (*A Ordem*, 05/05/1953).

Nesse sentido, em um primeiro avanço foi criada, em Natal, a Comissão Autônoma de Obras Contra as Secas e para concretização de obras e funcionamento foram aprovados para o Rio Grande do Norte 29 milhões e 150 mil cruzeiros à disposição do 5º Distrito do DNOCS, contando igualmente com emendas dos senadores Kerginaldo Cavalcanti e Ferreira de Souza. Ainda que sendo majoritariamente obras em açudes, são igualmente de destacar obras na ponte sobre o rio Açu, perfuração de poços e obras de irrigação do vale do mesmo rio. Esse montante incluía os seguintes investimentos: Gargalheiras (8 milhões), Oiticica (7 milhões), Serra Negra (2 milhões), Trairi (1 milhão e 500 mil cruzeiros), sistema de irrigação do Baixo-Açu (3 milhões), conclusão do ramal rodoviário Catolé do Rocha-Alexandria (3 milhões), prosseguimento da rodovia Mossoró-Luiz Gomes (4 milhões e 500 mil cruzeiros) (Diário de Natal, 17/03/1952). Vale a pena dar atenção às palavras publicadas no Diário de Natal, de 7 de janeiro de 1952, destacando a importância da obra:

Açude este que será sem qualquer favor um dos maiores do Nordeste pelo seu volume de água. Não se pode levantar dúvidas quanto à importância desses serviços, não só porque concorrem os mesmos para oferecer trabalho a um sem-número de riograndenses necessitados de meios para sobrevivência, como para a solução das secas, no Rio Grande do norte, problema este para o qual se estão voltando com intensidade as vistas dos poderes federais (Diário de Natal, 07/01/1952).

A seca de 1951 a 1953, bem como a dificuldade no repasse do dinheiro para a construção e pagamento aos flagelados nas frentes de trabalho parecem justificar, primeiro um atraso e depois o abandono da obra. Chegou-se a avançar na preparação do terreno para a construção da barragem, com obras de preparação e serviços para as instalações iniciais da obra, ficando pronto o campo de pouso, com uma pista de 910 metros, conforme as normas da Aeronáutica Civil. Construíram-se também 20 kms de estradas de rodagem e diversas casas para as residências do pessoal (Diário de Natal, 30/12/1952). As obras não avançaram apesar das visitas do vice-presidente e das diligências do governador Silvio Pedroza, diminuindo a possibilidade de gerar emprego nas frentes de trabalho.

O problema é debatido nos meses seguintes, com encontros entre os responsáveis dos governos federais. Na sequência, em fevereiro de 1953, o encontro do governador Silvio Pedroza com José D'Ávila Lins, diretor do DNOCS, e Francisco Saboia, diretor do DNER (Departamento Nacional de Estradas), permitiu receber em Oiticica 500 trabalhadores flagelados, prosseguindo a chegada de mais. O orçamento para 1953 previa 15 milhões de cruzeiros para o prosseguimento das obras, porém, mantiveram-se os problemas no repasse das verbas e no terreno os flagelados das frentes de trabalho enfrentavam fome e risco de epidemias. O Diário

de Natal de 1 de abril de 1953 contava na sua última página que “A situação poderá ficar incontrolável no Nordeste”, na medida em que a fome e epidemias estavam também fazendo aumentar situações de roubos e violência.

Por outro lado, muitas das obras que deveriam ser públicas estavam sendo feitas por empresários privados e verificava-se igualmente o problema dos “barracões” de negociatas, sendo que mesmo aí os donos desses barracões estavam sem poder saldar os vales que tinham acumulado. Em abril de 1953 Oiticica tinha cerca de 2 mil trabalhadores abastecidos por 4 barracões que sem provimentos passaram fome e provocaram inquietação junto da população.

A situação em 10 de abril indicava que seriam 5 mil flagelados em Oiticica. Os números aumentaram rapidamente, de tal modo que no relato de uma visita de organizações de assistência o DN de 22 de abril contabiliza 22 mil refugiados, indicando que muitos trabalhadores e as famílias estavam ainda sem qualquer abrigo, segundo diagnóstico da Liga Brasileira de Assistência. Em telegrama de 7 de agosto de 1953, o engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, novo diretor do DNOCS mostra-se preocupado com Oiticica:

Em Caicó, recebi o telegrama de vossencia relativamente à construção do açude Santo Antônio, no município de S. João de Sabugi. Já providenciara a execução da obra, utilizando a verba orçamentária específica e que deixava Oiticica sem ordem, com elementos de controle atrasados, não correspondendo, em verdade o que está realizado aos gastos feitos até agora. Por outro lado, não há equipamento para o início dos trabalhos da barragem (Diário de Natal, 13/08/1953).

Meses depois, depois da visita do ministro da Viação, José Américo de Almeida, com uma larga comitiva ao Nordeste e em particular ao Rio Grande do Norte, a reportagem do Diário de Natal de 9 de outubro de 1953 afirmava: “Foi visitado o açude de Oiticica, município de Jucurutu, no qual já foram gastos 21 milhões de cruzeiros, embora até agora não tenha aparecido ainda seu projeto, e muito menos iniciado os serviços de limpeza do terreno e construção de estradas”.

Os anos de 1951, 1952 e 1953 foram anos secos, repercutindo-se sobre os flagelados que tentavam a todo custo encontrar ocupação nas frentes de trabalho, por vezes sem sucesso ou com atrasos no pagamento, gerando situações de saque e violência. Repetiam-se também as visitas de governantes para se inteirarem dos problemas e procurarem soluções. O apoio assistencialista para além das frentes de trabalho e o diagnóstico das necessidades era igualmente acompanhado por organizações da sociedade civil, entre as quais a Liga Brasileira de Assistência.

Nesse período o país viveu um momento conturbado também do ponto de vista político, social, cambial e econômico. De um lado, a greve dos 300 mil e a derrota do candidato de Getúlio

Vargas em São Paulo. Do outro lado, o impacto da crise cambial de 1952 e a subida da inflação, bem como a quebra vertiginosa na exportação de algodão e o aumento da despesa na resposta à seca e estiagem em um período em que a seca obrigou igualmente ao racionamento de energia no país (Vianna, 2014).

Ainda assim, a expectativa de construção da barragem se manteve. Surgindo fortalecida após a publicação do Decreto nº 50.542, de 4 de maio de 1961, que renova a declaração de utilidade pública a que se refere o Decreto nº 36.370, de 21 de outubro de 1954. Este declarava a desapropriação, pelo DNOCS, da área de um terreno com 143.062.500 m² que era necessária à construção do açude público Oiticica, no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte.

Não se registram avanços concretos na obra, apenas a construção do campo de pouso e da estrada Currais Novos – Florânia. A obra não avançou apesar das solicitações de políticos riograndenses. Em 1960, no contexto da campanha à prefeitura de Natal Djalma Maranhão propõe “Aumentar a doação para a construção do açude Oiticica de 35 milhões para 50.000.000.00” (Diário de Natal, 01/10/1960). E, em 1967, a propósito das enchentes no Baixo-Açu, a região foi visitada pelo deputado Edgar Montenegro, que no final:

terminou apresentando requerimento ao Superintendente da SUDENE e ao Diretor Geral do DNOCS para que incluam Oiticica, no Rio Grande do Norte, como obra prioritária destes órgãos pois a disciplina das águas do Baixo Piranhas é do maior dignificado, evitando as enchentes calamitosas e possibilitando um maior investimento na agricultura irrigada (Diário de Natal, 13/04/1967).

Por ocasião da presença de Costa e Silva, chefe de governo, no Recife durante seis dias no ano de 1967, o governador do Rio Grande do Norte, Monsenhor Walfredo Gurgel, “disse ter considerado grande vitória ter obtido a certeza de que, no princípio do próximo ano, serão iniciados os trabalhos na barragem de Oiticica, salientando que os trabalhos serão executados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas” (Diário de Natal, 15/08/1967). Meses depois, na edição de 18 de outubro do 1967, em entrevista ao Diário de Natal, Carlos Queiroz, o novo diretor do DNOCS em Natal, afirmou que o problema das obras não era técnico ou administrativo, mas de “falta de recursos, determinada por um corte de verbas de 50%”. Ele reafirmava que para 1968: “A nossa grande obra será o início de Oiticica, que será uma das maiores obras do Rio Grande do Norte. Ela se prestará à irrigação e à contenção de cheias”.

Entretanto, em 1968 o IV Plano Diretor Para o Desenvolvimento do Nordeste, da SUDENE, previa entre os investimentos do DNOCS a construção da barragem de Oiticica. Contrariamente ao que vem sendo dito em documentos oficiais e notícias da mídia, não fica evidente que se trata da barragem de Oiticica no município de Jucurutu ou se da futura barragem Armando Ribeiro

Gonçalves, inicialmente mencionada como Oiticica II. O Plano refere que: “no Baixo Vale do Piranhas, onde estudos estão sendo realizados para a construção do açude de Oiticica, que terá por finalidade a irrigação o controle das enchentes”. Salientando que “Este projeto permitirá aumentar e regularizar a produção agrícola da região, e, ao mesmo tempo, promover a elevação do nível de vida das populações” (Sudene, 1968, p.284).

A única certeza é que estavam em curso estudos no Baixo Açu buscando soluções para domar as águas e evitar que inundassem as comunidades, havendo relatos de episódios de subida das águas do rio Açu com impacto também nas cidades vizinhas, “invadindo ruas, casas e cercados, faminta de leite e de vidas” (Montenegro, 1978). As inundações em Açu e a apetência agrícola dos territórios terão influenciado o protelar da atual barragem de Oiticica e a opção pela localização a jusante, na várzea produtiva de Açu.

É sobre essa possível mudança de cenário do projeto que o Diário de Natal, na edição de 27 de outubro de 1973, relata que o “DNOCS estuda área para desapropriar”, dando conta da preocupação dos agricultores e criadores relativamente ao preço a pagar pela desapropriação. Por isso enviaram um representante a Brasília para falar com o chefe de gabinete do Ministro do Interior, que era quem tutelava o órgão.

O tema foi retomado no ano seguinte também contexto das enchentes na região e que motivaram a visita do ministro do Interior, Rangel Reis. Nesse relato, o Diário de Natal de 27 de abril de 1974 afirma que o ministro “comunicou ao governador Cortez Pereira que os açudes “Passagem Funda”, em Apodi e Oiticica, em São Miguel, pertencentes ao Governo Federal, serão construídos com recursos do Ministério do Interior”. Temos assim que a barragem ficaria localizada em São Rafael e não em Jucurutu, ou seja, trata-se da futura barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Finalmente, pela edição de 21 de outubro de 1975 do Diário de Natal, ficamos sabemos que a barragem Oiticica II foi discutida em Mossoró pelo ministro do Interior, Rangel Reis, acompanhado de uma comitiva que incluía o Superintendente da SUDENE, José Lins de Albuquerque, o diretor do DNOCS, José Osvaldo Pontes, e o governador Tarcísio Maia. A notícia dá conta de que a previsão de gastos com a construção da barragem era de 193 milhões e 700 mil cruzeiros, a que acrescia um bilhão destinado à irrigação. Este desenlace significa que a barragem de Oiticica foi preterida face à anterior escolha.

4 Nos anos 2000 finalmente a obra avança

O projeto para a construção da barragem foi relançado no início da década de 1990 pelo governo do Rio Grande do Norte, contando com o aporte financeiro federal. Os documentos consultados indicam que foi necessário superar novos impasses. Documentos do Tribunal de Contas enviados aos parlamentares trazem mais informação sobre o que sucedeu. Para esse acompanhamento analisamos os processos PT 18544051510DC0002 da SECEX/RN e o Relatório de Levantamento de Auditoria realizada, em 2007, no Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de informar ao Congresso Nacional acerca das obras e serviços relativos à construção da Barragem Oiticica, no Município de Jucurutu, no Estado do Rio Grande do Norte⁵.

Os documentos indicam o seguinte: i) o governo do estado assinou o Contrato nº 22/90, com a Construtora Norberto Odebrecht S.A., e o Contrato nº e 01/91, COTEC - Consultoria Técnica Ltda.; ii) as obras foram paralisadas a partir de 1 de março de 1993, perante a irregularidade constatada pela Comissão Disciplinar do DNOCS de sobrepreço no Contrato nº 22/90, havendo risco de dano ao erário público; iii) a subsistência dos contratos levou ao adiar da aprovação de verbas federais para financiamento da obra.

O governo do estado informou que os contratos foram rescindidos, dando conta da publicação dos respectivos termos de rescisão no Diário Oficial do Rio Grande do Norte de 17/05/2007, porém havia ainda dúvidas e a Construtora Norberto Odebrecht S.A contestou a rescisão. Na sequência das várias diligências, o Acórdão nº 2460/2007- TCU – Plenário, relativo ao Processo nº 008.803/2007-0, declara que “não apresentam irregularidades que possam ensejar a paralisação dos serviços”, a obra avança efetivamente a partir desta data.

Na sequência do avanço da licitação da obra, cujo edital foi divulgado no Diário Oficial da União no dia 16/9/2010, com orçamento base da licitação no valor de R\$ 246.999.937,24, o Tribunal de Contas da União realiza, em 2011, nova auditoria⁶, “com o objetivo de fiscalizar o edital da Concorrência 20/2010, que se destinava a selecionar a proposta mais vantajosa para executar as obras de construção da Barragem de Oiticica, no município de Jucurutu/RN (Tribunal de contas da união, 2011, p.1). Em 28 de dezembro de 2010 foram publicadas no Diário Oficial

⁵ Para o efeito consultamos o parecer e o Acórdão nº 2460/2007- TCU – Plenário, relativos ao Processo nº 008.803/2007-0, bem como o documento da SECEX/RN PT: 18544051510DC0002 https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2008/ObrasIrregulares/sintetico%5C18544051510DC0002_0099.pdf

⁶ Não vamos no presente texto avançar com os resultados dessa auditoria, mas também detetou irregularidades, designadamente de indício de sobrepreço do Contrato 39/2010 (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011, p.5).

da União a homologação do resultado do julgamento da licitação e a adjudicação do objeto ao consórcio vencedor pelo valor global de R\$241.758.574,85. No dia seguinte a SEMARH/RN celebrou o Contrato 39/2010 com o consórcio EIT/ENCALSO, com vigência de 720 dias.

Da fundamentação da auditoria destaca-se a importância que dá à obra do ponto de vista da justificativa de usos, em que a barragem de Oiticica é apresentada com a “finalidade principal a contenção de cheias, visando proporcionar o controle da vazão do rio Piranhas e reduzir o risco de inundações no Vale do Açu”, mas também “almeja suprir o déficit hídrico da sub-bacia do rio Seridó”; e a “sua execução viabilizará o projeto do "Eixo de Integração do Seridó", objetivando a sustentabilidade hídrica da região”.

Por outro lado, é dito que “o empreendimento irá promover a melhoria das condições sanitárias e a possibilidade de amenizar os problemas sociais causados pelas secas, possibilitando o abastecimento de água a uma população de 164.000 habitantes, sendo 128.000 em zona urbana e 36.000 na zona rural”. Sendo que:

“O aumento da demanda de água para irrigação e a piscicultura no lago formado irão permitir também a implantação de 2.650 ha de culturas irrigadas e de viveiros dedicados a carcinicultura, liberando 6.000 ha de espelho d'água permanente para implantação de tanques de rede dedicados a criação intensiva de peixes”.

Além disso, “a barragem propiciará o desenvolvimento da recreação e do lazer como elementos de incentivo ao turismo na região e, futuramente, à geração de energia elétrica” (Tribunal de contas da união, 2011, p.1-2). No impasse gerado com a suspensão dos contratos nº 22/90 e nº e 01/91, o governo do estado avançou com a preparação da desapropriação dos terrenos. O Decreto nº 18.062, de 13 de janeiro de 2005, declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área com 116,2035 ha, localizada no município de Jucurutu. O Art. 1º descreve a poligonal, já o Art. 2º afirma que a área “destina-se a implantação das estruturas de barramento da Barragem Oiticica, a ser implantada pelo Governo Estadual e Governo Federal”.

No mesmo ano, o Decreto seria revogado e alterado com a publicação do Decreto nº 18.491, de 8 de setembro. Além de melhor detalhar no Art. 1º a poligonal, o Art. 2º afirma que a área “destina-se à construção e formação da bacia de acumulação da obra pública hídrica intitulada “Barragem Oiticica”, localizada no Município de Jucurutu/RN, mediante cooperação entre a União e o Estado do Rio Grande do Norte”. Esse mesmo Decreto foi alterado pelo Decretonº 19.675, de 7 de março de 2007 dando-lhe nova redação e dispondo sobre a desapropriação ou servidão administrativa da área de terra situada no município de Jucurutu, destinada à construção da Barragem Oiticica.

Na Lei Orçamentária Anual de 2011 (Lei nº 12.381/2011, de 09 de fevereiro de 2011), no anexo com as rubricas orçamentárias inclui na Infraestrutura Hídrica do DNOCS, com a referência programática 0515.10DC.0024 e um valor alocado de R\$ 22.950.000. Surgindo na Lei Orçamentária Anual de 2012 (Lei nº 12.595 de 19 de janeiro de 2012) com R\$ 35.200.000; e na Lei Orçamentária Anual de 2013 (Lei nº 12.798, de 04 de abril de 2013) com R\$ 20.600.000. Como mostram o Portal da Transparência e as Leis Orçamentárias Anuais, o repasse teve continuidade⁷.

Entretanto, em 2013, foi assinado o Termo de Compromisso nº 001/2013 (Processo nº59400.002448/2013-21) entre Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e o Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), para a execução das obras referentes à construção da Barragem Oiticica, com capacidade de acumulação de 556.258.050 m³, inundando uma área de 6.000 ha, no valor total de R\$ 311.000.000,00. Esse termo tinha vigência por 720 dias contados a partir da publicação no Diário Oficial da União. Como o processo se tem arrastado foram assinados vários aditivos.

Sobre a sequência do processo de construção, igualmente com vários episódios de conflito e impasse temos colaborado em outras publicações (Ferreira; Dantas; Gomes, 2022), assim como no debate sobre o futuro contributo da barragem na adaptação climática e no desenvolvimento daquela da microrregião do Seridó (Ferreira; Gomes; Knox, 2022). A informação coletada em 2022 junto ao governo do Estado do Rio Grande do Norte indicava que a despesa somava R\$ 657.245.319,58 (COINFRA/SEMARH, 2022). No entanto, em 2022, foi de R\$ 24.269.346,65 a contrapartida do DNOCS indicada no Portal da Transparência como valor da transferência financeira para atender ao Termo de Compromisso nº.01/2013, referente SIAFI nº674878, para que possa ser dada continuidade das obras da barragem Oiticica. Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual de 2023 (Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023) prevê um investimento em Oiticica que alcança apenas R\$ 19.605.561.

5 Considerações finais

De importância vital para a garantia hídrica e soberania alimentar de vários municípios do rio Piranhas-Açu a barragem de Oiticica tem ocupado a agenda política e midiática das últimas décadas. Posicionando-se igualmente como uma infraestrutura fundamental no controle de

⁷ O Portal da Transparência pode ser consultado em <https://portaldatransparencia.gov.br/convenios/674878?ordenarPor=data&direcao=des> e as Leis Orçamentárias anuais através do link <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>.

cheias e de política de adaptação no contexto de crise climática. A barragem tem sido disputada por se colocar como cumprimento de uma promessa que está prestes a ser concluída, pelo que o apoio final à sua concretização e a sua futura inauguração conferem reputação a quem conseguir estar na liderança dos processos.

Tratando-se de pesquisa exploratória ficam em aberto diversas questões, dentre elas o possível desvio de dinheiro, roubo ou corrupção, bem como sobre o papel da indústria da seca nesse processo, ainda assim reconhecendo o seu interesse na construção de infraestruturas hídricas, tornando o Estado refém de interesses particulares e protelando a implementação de políticas públicas de gestão efetiva da água, dando prioridade à irrigação e tradicional política hidráulica se possível com uma lista interminável de obras para concretizar em que os estados e o governo Federal priorizam a irrigação em larga escala (Guimarães Júnior, 2016).

Em uma área de pesquisa com grande ausência de estudos, fica igualmente em aberto o aprofundamento das razões que levaram em um tão curto período, e face ao investimento, o governo Federal a abandonar Oiticica e a avançar com a nova barragem. sendo necessário indicar que na mesma década foi criada a SUDENE com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e o próprio DNOCS foi mudando a sua diretoria, ganhando relevo os estudos na região feitos pelo engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, que deu o nome à nova barragem, sem esquecer as informações sobre a aptidão agrícola dos solos a jusante da nova barragem. Igualmente importante foi o suceder de inundações do Vale do Açu (Ferreira, 2020).

A obra social e a promoção de agricultura familiar incluída nos anos mais recentes prometem alargar a faixa de apoio à classe política, apesar das preocupações em incluir os habitantes no processo de realocação e de instalar agrovilas na promoção da produção familiar. A obra insere-se no histórico da açudagem do semiárido nordestino e de resposta à seca como paradigma hidráulico dominante, de que o Movimento dos Atingidos e outros movimentos souberam tirar partido a partir do conflito desencadeado por falhas no processo de desapropriação (Ferreira; Dantas; Gomes, 2022).

O longo processo e os avanços e recuos colocam em causa o trabalho técnico dos órgãos públicos, em particular do DNOCS, que escolhendo Oiticica viram avançar a barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Do mesmo modo, o dinheiro gasto nas frentes de trabalho, que dariam sequência à construção da barragem, não foi alvo de auditorias, apenas de visitas que aplaudiam a conformidade sem ver a obra avançar. São necessários mais dados para saber se o dinheiro foi efetivamente gasto nas frentes de trabalho, mas em um período em que o Brasil atravessava

uma crise monetária os flagelados tiveram dificuldade em receber apoio, mesmo que depois o dinheiro tenha vindo.

O longo processo, do projeto à obra, mostra a necessidade de escrutínio das políticas públicas e a influência que as oligarquias nordestinas têm historicamente na região. Interessando-se pela continuidade de obras e não necessariamente por se encontrarem soluções (Guimarães Júnior, 2016). A pesquisa mostra que precisamos olhar para os problemas não apenas como obra a concretizar, mas igualmente na possibilidade de se enfrentarem fatores sociais que podem acelerar ou simplesmente deixar arrastar as políticas públicas. Nesse sentido, obriga igualmente a repensar o ciclo das políticas públicas no que concerne ao acompanhamento efetivo e garantia de transparência, cada vez mais importantes em um contexto em que se pede mais efetividade das ações do Estado.

Referências

CAVALCANTE, Louise; DEWULF, Art; VAN OEL, Pieter. Fighting against, and coping with, drought in Brazil: two policy paradigms intertwined. **Regional Environmental Change**, 2022, 22.4: 111.

CAMPOS, José Nilson B. Paradigms and public policies on drought in Northeast Brazil: a historical perspective. **Environmental management**, 2015, 55: 1052-1063.

COINFRA/SEMARH. **Relatório de gestão 2019-2021**. Natal: Secretaria Estadual de Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Rio Grande do Norte, 2022.

FERREIRA, José Gomes. O Social e o político no histórico da seca no semiárido do nordeste do Brasil. In Winifred Knox (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento no RN: povos de rio, de mar e da terra**. Mossoró: EDUERN, 2020, p.31-57.

FERREIRA, José Gomes. Territorialidade e identidade nordestina. In Carvalho, Breno da Silva *et al.*, **Territórios de identidade e políticas públicas**. Perspectivas teóricas, relatos e experiências no enfrentamento da Covid-19 com comunidades e movimentos sociais. Mossoró: Edições UERN/Áporo Editorial, 2022a, p.18-24.

FERREIRA, José Gomes. Necropolítica na resposta às primeiras catástrofes climáticas do capitalismo. **CLIO: Revista Pesquisa Histórica**, v. 40, n. 2, p. 221-243, 2022b.

FERREIRA, José Gomes; DANTAS, Maria Wagna de Araújo; GOMES, Matheus Fortunato Barbosa. Atores e causas do conflito ambiental no processo de construção da barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte/Brasil. **Concilium**, 2022, 22.4: 267-281.

FERREIRA, José Gomes; GOMES, Matheus Fortunato Barbosa; KNOX, Winifred. A barragem de Oiticica nas narrativas de desenvolvimento e de adaptação climática do Semiárido do Rio Grande do Norte. Encontro Anual da ANPOCS, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.anpocs.com/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSZVZPljtzOjQ6Ijk1NDUiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiYTNkMjZlODVhNTE3MGRjNGFIZTQ2MDkxODEwYjk2ZTciO30%3D>. Acesso em: 22/03/2023.

Furtado, Celso (2005). **Formação econômica do Brasil**. 32. ed^a, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca. O Nordeste é uma história mal contada**. Fortaleza: DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. 1981.

GUIMARÃES JÚNIOR, João Abner. A tradicional indústria da seca permite que o sertanejo morra de sede com água no joelho. Entrevista especial com João Abner Guimarães (entrevista). Revista IHU On-Line, 7 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558555-a-tradicional-industria-da-seca-permite-que-o-sertanejo-morra-de-sede-com-agua-no-joelho-entrevista-especial-com-joao-abner-guimaraes>. Acesso em: 22/03/2023.

MARENGO, Jose A. *et al.* Assessing drought in the drylands of northeast Brazil under regional warming exceeding 4 °C. **Natural Hazards**; 103, p.2589-2611, 2020.

MONTENEGRO, Maria Eugenia Maceira. **Lembranças e tradições do Açú**. Natal: Fundação José Augusto, 1978.

MOREIRA, Juliana Fernandes. Direito ao acesso à água: conflitos socioambientais na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu. Tese (Doutorado) Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. João Pessoa: Universidade Federal Paraíba, 2017.

PEREIRA, Guilherme Reis; CUELLAR, Miguel Dragomir Zanic. Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. **Estudos Avançados**, 2015, vol. 29, n. 84, p. 115-137.

PINHEIRO, Francisco Leandro Duarte. O vale das miragens: grandes projetos hídricos e a redenção do Baixo Açú (1910-1983). 245 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História. UFRN, Natal, 2018.

RAUSCH, Gisela Ariana. Estado, Desarrollo y Naturaleza: el caso del proyecto Paraná Medio bajo el paradigma hidráulico nacional (Argentina, 1958-1986). *Estudios Socioterritoriales*, 2016, 20: 0-0.

SILVA BISNETO, João Rodrigues da. **Barragens, lugares e resistências: o processo de deslocamento da comunidade Barra de Santana, Jucurutu/RN**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, UFRN, Natal, 2022.

SUDENE. **IV Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. 1969-1973**. Recife: Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 1968.

VIANNA, Sérgio Besserman. Capítulo 6. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In Abreu, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989, p.123-150.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Fiscalização – Sintético**. TC nº 002.575/2011-6 Fiscalização nº 71/2011, Secretaria de Fiscalização de Obras 4, 2011. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras2011_sintetico/sintetico/sintetico_2011_71.pdf. Acesso em: 23/03/2023.